

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília (D.F.) Class.: 11

Data 27 de agosto de 1985 Pg.:

Funai proíbe Asas de Socorro de operar em áreas indígenas

Por determinação do presidente da Funai, Gerson da Silva Alves, a empresa «Asas de Socorro», cujos pilotos também desempenham função de missionários religiosos, está impedida, desde ontem de operar em todas as áreas indígenas do Brasil, «até que seja esclarecido, pelas autoridades competentes, envolvimento da referida instituição em contrabando de minérios». A entidade mantém bases em Anápolis (GO), Araguacema (GO), Boa Vista (RR), Eirunepé (AM).

A decisão do presidente da Funai foi tomada na última sexta-feira e ontem, todas as unidades regionais do órgão receberam o comunicado para o cumprimento da determinação. Paralelamente, a Funai fará uma reavaliação das missões estrangeiras que trabalham na Amazônia, principalmente aquelas em cujos campos de pouso a «Asas de Socorro» opera. Essas missões são todas de nacionalidade americana: são: Summer Instituts of Linguistics, Novas Tribos do Brasil, Missões Evangélicas da Amazônia, Mid-Mission, Associação dos Batistas para o Evangelismo Mundial e Associação Lingüística Evangélica Missionária, subsidiária do Summer.

A única dessas missões que mantém convênio com a Funai é o Summer, que já foi expulso de 71 países do mundo, sob acusação de espionagem. Seu convênio com a Funai, já foi interrompido em 1978, quando a entidade foi acusada de contrabandear minérios da Amazônia. Em 83, a Funai novamente renovou o convênio com o Summer com validade até novembro próximo.

As demais missões atuam em áreas onde a Funai não tem qualquer controle e sempre em área de fronteiras, tanto em Roraima como no Amazonas. Elas contam com infra-estrutura de campos de pouso, sistema de comunicação de alta potência e proibem a entrada de pessoas que possam fazer qualquer denúncia sobre suas atividades. A Novas Tribos trabalha com os yanomami. Em Roraima e Amazonas, onde há minério de cassiterita, urânio, tungstênio e bauxita, e com os kaikapó do Pará, cuja reserva é rica em ouro.

Sacolas cheias
Depois de tomar conhecimento da decisão do presidente da Funai, os líderes tikuna que se encontram em Brasília acusaram os missionários da Novas Tribos, bem como a «Asas de Socorro». Segundo denúncia de um dos líderes, «a Novas Tribos não deixa brasileiros entrar na área do rio Itui (no Amazonas), só americanos. E todas as semanas, os aviões da Asas de Socorro chegam lá e levam caixotes e sacolas com muitas pedras».

Disse ainda o líder tikuna que a Asas de Socorro faz a viagem até a cidade de Eirunepé (AM), e «lá colocam as caixas em outros aviões e vão embora não se sabe para onde. Eles dizem que vêm para Brasília». Ao ser indagado se tomara conhecimento das acusações contra as Asas de Socorro e seu possível envolvimento no contrabando de pedras preciosas do Brasil para os Estados Unidos, no qual também está sendo acusado o ex-ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, o líder tikuna respondeu: «Isso a gente já sabe há muito tempo. Faz anos que eles carregam pedras lá das terras dos marubó».

Convênios
Desde 1974 a «Asas de Socorro» vem tentando assinar um convênio com a Funai. Em 1982, o contrato foi feito e, na ocasião, a entidade enviou a lista de seus funcionários para credenciamento: Eldon Larsen, Paul Nathan Lewis (pai de Peter Lewis e hoje servindo em Moçambique), Frank Howard Gibbs, Michael James Ficke, Edward Paul Titcomb, James Paul Bostrom, Wilson Kannenberg, Lelis Fachini Filho, Duer Philips Sredley, William Clifford Enns, William Marshall Lubkemann e Kenneth Louis Debelak. Parte dos pilotos serviram na guerra do Vietnam.

Seis meses depois de assinado o convênio com a Asas de Socorro, a Funai recebeu um comunicado do Departamento de Aviação Civil (DAC) afirmando que o assunto em questão já fora discutido pelo Ministério da Aeronáutica e «considerado inviável por fugir aos objetivos da sociedade e a natureza dos serviços a serem realizados por legislação própria».

Informada do problema, a Funai convocou o secretário-geral da Asas de Socorro, Eldon Larsen para a rescisão do contrato e, durante a reunião, informa a ata da Funai, o sr. Eldon demonstrou apreensão quanto a denúncia do convênio, tendo deixado transparecer que eles atendem as missões que estão em área indígena e estariam utilizando o convênio para fundamentar pedido de entrada de mecânicos estrangeiros no Brasil, junto ao Ministério de Relações Exteriores.

Desde a rescisão do convênio, em 1983, a «Asas de Socorro» fez quatro tentativas de assinar novo convênio, com o apoio do assessor jurídico da Funai, Lourival Silvestre Sobrinho.

14 de Julho, 316-Ax, Postal 184, 77.100 Anápolis, Go., Brasil e Tel. 324-3235, End. Tel. "Ascorro"

Asas de Socorro

Anápolis, 23 de Dezembro de 1981.

Exmo. Sr.
Cel. Av. RR Paulo Moura Lual
D.D. Presidente da FUNAI
BRASILIA - DF

Sociedade Asas de Socorro, entidade religiosa e filantrópica, sediada em Anápolis, Estado de Goiás, atendendo a solicitação verbal, vem, muito respeitosamente apresentar a V. Exa. uma proposta de Convênio de Compromissos que segue anexo e a lista dos missionários desta entidade com seus respectivos locais de trabalho, conforme descrição abaixo:

Eldon Robert Larsen e Família	- Administração	- Anápolis	- GO
Paul Nathan Lewis	"	"	"
Frank Howard Gibbs	"	"	"
Michael James Ficke II	"	"	"
Edward Paul Titcomb	"	"	"
James Paul Bostrom	"	"	"
Wilson Kannenberg	- Solteiro	"	"
Lelis Fachini Filho e Família	- Pilótagem	- C. Araguacema	- PA
Duer Philips Smedley	"	- Eirunepé	- AM
William Clifford Enns	"	"	"
William Marshall Lubkemann	"	- Boa Vista	- RR
Kenneth Louis Debelak	"	"	"

Outrossim, esclarecemos que nenhuma das famílias // missionárias de ASAS reside em áreas indígenas e em cidades acim indicadas; porém entram em áreas indígenas quando prestam serviços assistenciais de transportes às missões evangélicas que atuam nessas áreas em colaboração com a FUNAI.

Sendo o que se nos apresenta no momento, aguardamos o pronunciamento dessa Presidência sobre o Convênio; e aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa. nossos mais elevados cumprimentos e consideração e apreço.

Atenciosamente,
RUBEN SOUTO DE ANDRADE - Diretor

FUNAI SEC/GAB

Justiça levanta atos de Ackel

O Ministério da Justiça iniciou uma sindicância para verificar toda a «base patrimonial» deixada pelo ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel ao sair do Ministério. As investigações começaram na semana passada e incluem um levantamento detalhado no gabinete — com base em denúncias de utilização de material e funcionários no escritório do ex-ministro, onde morou Abi-Ackel.

Assessores do Ministério da Justiça informaram ontem que existem fortes razões «para a realização da sindicância, que vem sendo mantida em segredo. Eles informaram que o Ministério não estava interessado em revanchismos e tem como meta «olhar para o futuro», mas acrescentaram que não podem silenciar quando começam a surgir denúncias, de todos os lados.

Uma sindicância deverá estar concluída em cerca de 15 dias e fará um levantamento minucioso de todos os gastos do gabinete, pois, além das denúncias de utilização de material e funcionários, existem outras de que funcionários teriam viajado até mesmo para o exterior às custas do Ministério.

Espião conta versão confusa

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, ouviu ontem pessoalmente do coordenador da Secretaria particular do Ministério, Sobek Alcântara Rebelo, sua versão sobre como descobriu que o inquérito policial contra três pessoas da cidade mineira de Mariana — que o ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel teria «feito desaparecer» — estava dentro de um armário da Secretaria Administrativa, junto a papéis velhos. Sobek é suspeito de fazer espionagem no Ministério a favor de Abi-Ackel.

Sobek, que por livre e espontânea vontade foi a residência de Lyra ontem às 9 horas, explicou que na manhã de quarta-feira passada, enquanto fazia sua corrida habitual no Eixão Sul, sua filha recebeu telefonema da «secretária do ministro Fernando Lyra» para que procurasse no Ministério todo e qualquer documento referente ao caso da Empresa de Ônibus Cristo Rei Ltda. Ao voltar do cooper, Sobek recebeu este recado de sua filha, que não soube dizer o nome da secretária, pois a pessoa que ligou não se identificou pelo nome.

Busomar sabia
A suposta secretária, segundo a versão de Sobek, teria dito que o ministro Fernando Lyra encaminharia ao ex-ministro Abi-Ackel cópias dos documentos para que ele preparasse a sua defesa. Cumprindo a determinação do ministro, de acordo com a versão sustentada por Sobek a Lyra, o coordenador perguntou a funcionária Maria Hilma de Oliveira Brandão, da assessoria particular do Gabinete, onde poderia encontrar os documentos, mas ela não

subeu informar. Sobek, então, foi à Secretaria Administrativa e fez a mesma pergunta a funcionária Silvia Maria, coordenadora da área, que igualmente informou que não sabia onde poderiam estar documentos referentes à Empresa de Ônibus Cristo Rei. Silvia, no entanto, segundo a versão de Sobek, teria informado que a ex-secretária de Abi-Ackel, Guiomar Feitosa, poderia dar-lhe a informação desejada.

Ele ligou para Guiomar, que informou-lhe que os documentos estavam na Secretaria Administrativa. Sobek voltou a falar com Silvia Maria, que ponderou que se os documentos estavam em seu departamento, conforme sustentava Guiomar, só poderiam estar guardados em armário solicitado pela própria Guiomar, no final da gestão de Abi-Ackel, para guardar papéis sem maior importância.

Aberto o armário, segundo ainda a versão de Sobek, ele começou a procurar entre os papéis, achando inicialmente um ofício encaminhando o inquérito policial da empresa Cristo Rei à Procuradoria Geral da República. De acordo com Sobek, chamou-lhe atenção que o ofício não estivesse datado, embora fosse despacho para o ex-procurador-geral Inocêncio Martires Coelho.

Quando já havia desistido de procurar outros papéis, Sobek achou o inquérito policial n° 234/81 contra Tarcis Neves de Freitas, Roberto Geraldo Gomes e Jadir Macedo, acusados de sonegação. Segundo ele, embora achasse que os documentos não tinham nada demais, resolveu

levá-los para ver se tinham relação com a empresa de Ônibus Cristo Rei. Sobek ficou com os documentos até às 15 horas da quarta-feira, segundo disse esperando que alguma secretária de Lyra fosse buscá-los. Mas quem apareceu foi Silvia Maria, que pediu de volta os documentos e os entregou ao sub-chefe de gabinete do ministro, Renato Malcotti.

Lyra não acredita

O ministro da Justiça considerou «inverossímil» a versão que lhe apresentou Sobek Alcântara, mas não decidiu ainda se vai devolvê-lo ao seu órgão de origem, a Empresa Amazonense de Turismo (Emamtur). O secretário-geral do Ministério, José Paulo Cavalcanti Filho, revelou que há sindicância interna para apurar os fatos, revelando que não vai contribuir para que «pequenos funcionários» sejam punidos no lugar dos grandes», referindo-se indiretamente a Abi-Ackel.

Sobek revelou ainda que na tarde de quarta-feira, a ex-secretária de Abi-Ackel esteve no Ministério, passou algum tempo na sala da funcionária Maria Hilma e que conversou por telefone com ele. Guiomar teria ido também a sua sala, negando que Abi-Ackel tenha pedido o que quer que seja ao ministro Fernando Lyra, pois tinha conversado com o seu ex-chefe de manhã sobre se ele teria feito algum pedido oficial ao Ministério e a resposta foi negativa: Guiomar teria ficado «aborrecida» com Sobek, por ele ter mentido a Silvia.

Aliados não fazem a defesa do ex-ministro

«Mas ele ainda está sendo vítima de todo tipo de acusação! Só falta virem dizer que ele tem AIDS», reclamou ontem o deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), ao justificar o comportamento dos políticos que cercavam o ex-ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, na época em que ele se mostrava publicamente empenhado na campanha do candidato derrotado do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, e agora permanecem em silêncio diante das acusações de contrabando de pedras preciosas.

Com raras exceções, o mundo político ligado ao ex-ministro parece já estar convicto de que os casos não são de política, e sim de polícia. O líder do PDS na Câmara, Prisco Viana (BA), um dos mais empenhados correligionários de Maluf e, em consequência, habitual interlocutor do ex-ministro em conversações que visavam uma vitória que acabou não ocorrendo, está entre os que não escondem sua posição: «O assunto (contrabando de pedras preciosas) corre em área estranha ao Legislativo». E, fiel à postura de oposicionista que teve que assumir com o advento da Nova República, completa: «Estou mais preocupado com a inflação».

Espera
Políticos no exercício do mandato, como Marcelo Linhares, ou de carreira interrompida, como o ex-senador Eurico Rezende, argumentam que o caso ainda está na fase de acusação. «Todos aguardam que termine essa fase, que o ex-ministro faça a sua defesa e então conte com a presença de seus amigos. Abi-Ackel, como bom advogado, está deixando que se conclua todas as acusações e, desta forma, os políticos também aguardam. Ninguém vai fazer um pronunciamento antes de ter-

minada esta fase», argumenta Linhares.

De qualquer modo, o deputado garante que Abi-Ackel recebeu em sua casa «o conforto de muitos companheiros», que foram prestar sua solidariedade tão logo iniciada a «fase de acusações». Indagado sobre quais políticos visitaram Abi-Ackel, Marcelo Linhares preferiu não citar nomes, mas garantiu que foi «muita gente». «Eu mesmo — completa — dei o telefone dele para cerca de 20 colegas...»

O ex-senador Eurico Rezende que, embora sem mandato, engajou-se na campanha de Maluf (agora também envolvido no noticiário sobre o contrabando), aposta tudo na confiança que demonstra ter na Justiça americana. «E muito seria e criteriosa — observa — e não se pode acusar de ingerência em assuntos internos, porque se trata de um caso que surgiu lá nos EUA». Por isso, declara que qualquer decisão da Justiça americana «será acatada», porque «o colegiado que vai julgar o crime contra a Fazenda dos EUA é isento». Ele enfatiza que se o processo corresse no Brasil o ex-ministro poderia estar preocupado: «A contrário disso, no entanto — prossegue — ele está numa posição muito boa, porque não vai ser julgado por possíveis algozes políticos. Vai ser julgado por uma Justiça mais séria, de um dos países mais democráticos do mundo».

O ex-senador não considera, de qualquer modo, que esteja havendo qualquer «revanchismo». «Não identifico revanchismo, inclusive porque a acusação partiu de um advogado americano», observa, embora considere que «o noticiário é que está dando uma conotação política».

Expulsão de traficante é investigada

O Departamento de Polícia Federal está investigando denúncia de que muitas expulsões de estrangeiros envolvidos no tráfico de entorpecentes foram negociadas no Ministério da Justiça, na gestão de Ibrahim Abi-Ackel. A legislação prevê que «desde que conveniente ao interesse nacional, a expulsão do estrangeiro poderá efetivar-se, ainda que haja processo ou tenha ocorrido condenação», segundo o artigo 67 da Lei dos Estrangeiros.

Em outros casos, o envolvido em tráfico de entorpecentes só é expulso do país após o cumprimento de sua pena. Segundo denúncias, as expulsões sumárias seriam negociadas com quadrilhas envolvidas no tráfico de drogas, o que acabaria por beneficiar o traficante. A Polícia Federal, entendeu ser melhor apurar a denúncia uma vez que em 1983, das 171 expulsões decretadas, 168 foram com o artigo 67 e apenas 3 sem ele.

Já em 1984, houve equilíbrio no uso do artigo 67: dos 151 estrangeiros expulsos, 73 foram com base no artigo 67 e 78 sem ele. Em contrapartida, a Nova República somente expulsou do País 28 estrangeiros com base no artigo 67 e sem ele. O diretor do Departamento Federal de Justiça, Luís Carlos Sigmaringa Seixas, não quis comentar sobre investigações nesse sentido, negando que internamente esteja apurando negociações para expulsão de estrangeiros na gestão de Abi-Ackel.

Sigmaringa afirmou que a nova orientação é que autores de crimes violentos, traficantes ou contrabandistas só tenham sua expulsão efetivada depois de cumprida a pena.